



RESENHAS



SHELLER, Max. *Da reviravolta dos valores: ensaios e artigos*.
Tradução, introdução e notas: Marco Antônio dos Santos Casa Nova.
Editora Vozes Ltda. Petrópolis, 2012.

Resenhistas: Cristiano Aparecido Maciel e Wagner Rafael Rodrigues

O filósofo alemão Max Scheler nasceu em Munique em 22 de agosto de 1874 vindo a falecer em Frankfurt em 19 de maio de 1928. Dono de uma vasta produção no ramo da ética e da antropologia, seu pensamento muito influente nos dias atuais que clamam por um novo paradigma ético e antropológico.

O presente texto, intitulado “Da Reviravolta dos Valores” é a junção de dois ensaios escritos durante os anos da Primeira Guerra Mundial (1914-1917). O primeiro: “Para a reabilitação do conceito de virtude”, e o segundo: “O ressentimento na construção das morais”. Na introdução dessa edição feita pela editora Vozes, se lê o intuito de Scheler sobre esses ensaios: “O que pretendo não é senão liberar a alma da juventude alemã de todo o ressentimento” (SCHELLER, 2012, p. 12).

Nesse sentido, na primeira parte da “Reviravolta dos Valores” Scheler inicia sua análise sobre a virtude em contraposição ao conceito de humildade. Para ele, ambos se tornaram conceitos desagradáveis e intragáveis. A virtude, no sentido cristão piegas, tornou o homem fraco, uma vez que ser virtuoso é sinônimo de mansidão, ou seja, aquele que obedece sem murmurar e segue os mandamentos da Igreja é virtuoso. Nisso, se inverteu o sentido de virtude inaugurado pelos gregos, que entendiam a virtude como força. Virtuoso é aquele que é forte e domina o que é fraco. Desse modo, a humildade é máscara que o cristão virtuoso usa para se esconder do mundo que o assombra com sua força e o faz temer o jugo daqueles que detém o poder.

Porém, Scheler chama atenção que tal pensamento cristão acerca da virtude tornou o homem dependente de uma vontade divina que, em vez de libertá-lo, o escraviza. Nisso, ele encaminha sua reflexão para redescobrir a beleza do conceito



de virtude e humildade, assim como os gregos ao se depararem sobre tais conceitos, principalmente a virtude, para postular um novo modo de se relacionar no mundo.

Nessa perspectiva, virtude entendida como força pelos gregos é re-direcionada por Scheler. Para os gregos, força se relacionava com o espírito guerreiro, especificamente pela classe militar, mas também pelos artesãos e outros que compunham a *pólis*. Ora, não se trata de uma força física, que usa da violência para fazer guerra, somente. Porém, Scheler destaca que é de supra importância ter essa disposição de espírito na vida e naquilo que se faz, não basta ser refém de dogmas e doutrinas, mas ser autêntico. Virtuoso é aquele que usa da força para realizar a si mesmo. Assim, no mesmo âmbito o humilde não é aquele que sofre calado para depois receber uma recompensa por suas mortificações corporais, mas aquele que é capaz de servir em qualquer ocasião sem esperar nada em troca. Em outras palavras, humilde é aquele que sabe ser gratuito.

Destarte, em seu texto continua advertindo que o espírito daquele que se esconde numa virtude de preceitos através de uma humildade retributiva gera um homem que se venera, a tal ponto de se julgar melhor que os outros. Dessa maneira, toda a moral do Ocidente é excludente, pois separa aqueles que são seguidores dos preceitos, e por isso merecem a recompensa dos céus, e outros que influenciados pelo mal estão perdidos e por isso irão para o inferno. Assim, Scheler termina seu primeiro ensaio retratando que a moral Ocidental é ressentida, ou seja, faz do ser humano um ser que não realiza suas potencialidades, mas o insere numa vida de mentiras e ilusões.

No segundo ensaio, se esboça um caminho para superação desse ressentimento que fere a vida humana. Scheler como discípulo de Edmund Husserl, o fundador da fenomenologia, inicia justamente ressaltando que para re-descobrir um novo sentido para vida se faz necessário que se instale uma fenomenologia e uma sociologia do ressentimento. Poderia se elencar o trajeto que Scheler percorre demonstrando na história como se chegou a uma moral do ressentimento, todavia, não há espaço suficiente para tal ambição. Cabe somente realçar que tais métodos constituem num mapeamento da moral Ocidental para fundar uma nova ética que favoreça a realização do ser humano.

Nas considerações de Scheller acerca da moral cristã fica latente a sua crítica aos pensamentos como os de Nietzsche e de outros pessimistas, que muita influência haviam exercido sobre a juventude alemã de então, no sentido de terem como que sacralizado uma leitura não radical o bastante para superar um pretenso ressentimento atribuível ao pensamento originário que Jesus Cristo legara a seus seguidores.

A partir de uma leitura mais profunda da mensagem evangélica e do pensamento burguês moderno, Scheller desvendou os mecanismos pelos quais o ressentimento



teria se apoderado da doutrina cristã ao longo da história e o modo pelo qual os humanitaristas usaram de um ressentimento maior ainda para anteporem-se à moral cristã original.

Numa brilhante análise fenomenológica dessa mudança fulcral para a modernidade, Scheller supôs demonstrar como a moral burguesa, derivada da moral calvinista, soergueu-se fundada no ressentimento para com o catolicismo e para com a nobre moral da cavalaria medieval.

Nesse ínterim é que Scheller entendeu as mudanças mais radicais aventadas pela modernidade, como a redução do universo, as visões mecanicistas e pragmáticas; a igualação dos homens por baixo, isto é, pelo seu aspecto animalesco; a deturpação do agradável, ocasionada pela valoração acentuada do útil; e a institucionalização da redução subjetivista dos valores a fundamentos calcados no ressentimento para com a dimensão metafísica da realidade.

Conclusivamente, se poderia afirmar que o estilo de Scheller não se apresentou tão elegante, sua escrita se mostrou bastante turva, mas seu pensamento, sem dúvida, ainda hoje se revela pertinente acerca do modo de pensar moderno e pós-moderno, do grande ressentimento sobre o qual se fundamenta, e sobre a reviravolta que eles causaram e carecem de sofrer.

Nos dizeres do comentador da tradução da obra, trata-se de um pensamento extremamente importante e que clama por herdeiros!

AGOSTINHO, Santo. **Sobre a vida feliz**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Editora Vozes Ltda. Petrópolis, RJ, 2014 (Coleção Textos Filosóficos).

Resenhista: Frei Leônidas Inácio Felix, OFM

Agostinho nasceu em Tagasta, (atualmente Souk-Aras), em 354; era filho de um pai pagão e sua conversão foi tardia. Conta a tradição que sua mãe, Mônica, rezou durante 33 anos para a conversão do filho. Ao ouvir os sermões de Santo Ambrósio, Agostinho acolhe a vida cristã, em seguida recebe o batismo em 387. Após converter-se ao cristianismo, em pouco tempo tornou-se bispo de Hipona, aos 42 anos, e terminou sua carreira terrestre em 28 de agosto de 430, aos 76 anos incompletos.

Essa obra surge do árduo trabalho de Agostinho, quando se reunia com um grupo de amigos, com o intento de aprofundar a ideia de *beatitude*, herdada da filosofia Antiga; em síntese, trata-se de uma reflexão filosófica a partir da revelação bíblico-cristã, enfatizando que “a vida feliz consiste no perfeito conhecimento de



Deus". O livreto contém 38 páginas, publicado pela Editora Vozes, compondo 4 capítulos.

A princípio, o autor da graça, mergulha no oceano da vida, com o imenso desejo de alcançar o porto da filosofia. Nesta investigação filosófica, Agostinho busca demonstrar que a felicidade plena se encontra, simplesmente, no conhecimento de Deus. Num certo nível, aborda-se que o ser humano só conquista a felicidade quando tem o que quer; na outro, sob o ensinamento de Cícero, verifica que ser feliz é diferente de ter o que se quer, ou seja, observa-se que nem sempre o ser humano almeja aquilo que é bom, de repente pode estar alienado à malícia da vontade.

A teoria que faz alusão às atividades especulativas de modo visível dá um destaque maior à atividade humana, acentuando, como parte essencial da vida do homem, um retorno ao sentido grego da vida contemplativa. Portanto, o ser humano precisa tomar consciência da sua existência como um todo, a tal ponto de ser capaz de buscar, indagar, observar e contemplar o seu próprio fundamento, tendo como princípio, a determinação do sentido da vida e o que poderá ser do seu fim último.

Elencam quatro reflexões que servem como proposta para despertar a leitura sobre a obra, respectivamente em cada capítulo.

1. As aptidões para a virtude nos motivam ao solo da felicidade; assim destacam-se três tipos de navegantes, que perpassam pela experiência de Agostinho e reflete-se no sentir atual sobre os convidados que discursam sobre a vida feliz.

2. A alma precisa da inteligência das virtudes e das coisas; ser feliz é um desejo de todo ser humano, porém não é feliz aquele que não pode ter aquilo que quer. Já para os acadêmicos, quem não conquista a verdade, possivelmente necessita de felicidade.

3. Um questionamento: "Será que Deus que quer o homem o busque"? Aquele que está à procura de Deus, em outras palavras, significa que ainda não encontrou. Porém, como pode-se interpretar a questão, sendo Deus um ser presente em toda parte, independente do mal ou do bem.

4. O que se entende por indigência? A vida feliz enraíza-se no ânimo (animus). A estultícia é a miséria e mais alta indigência. A plenitude suprema se encontra em Deus, no qual se procura a verdade, de tal forma que o ser humano é vocacionado a tornar-se plenamente feliz.

A referida obra trata de um guia seguro, que busca esclarecer os meios para alcançar a felicidade, porém não deixa dúvida de que este caminho que o ser humano é convidado a trilhar está em Deus, no qual consiste a plenitude da vida feliz.



Pós-Escrito às *Migalhas Filosóficas* de Soren Aabye Kierkegaard

Editora Vozes, Ltda. Petrópolis, 2014

Resenhista: Maria Cecília Coutinho; Thiago Natulini

Interessante notar o contexto da identificação da obra: os créditos de sua elaboração são dados à Johannes Climacus sendo que o próprio Kierkegaard aparece como editor da mesma. Sabe-se que Kierkegaard se apresentou na maioria de seus trabalhos velado sob um pseudônimo. Na obra *“Ponto explicativo de minha obra como autor”* esse movimento encontra sua explicação. O caso é que o pensador dinamarquês tem como que um grande projeto, o de ser cristão. Importante salientar que ser cristão, para Kierkegaard, não tem aquele sentido religioso piedoso; tem antes, uma forte conotação existencial e lembra-se que ele mesmo é considerado o pai do existencialismo. Ser cristão, no final das contas, tem a ver com assumir sua existência, sua responsabilidade diante da vida. Mas o que tem a ver a questão com o pseudônimo? Os pseudônimos representam a fase estética do autor. Não que ele tenha “evoluído” durante o percurso, na verdade, diz ele próprio, desde sempre foi um autor cristão, porém, não podia já de início se apresentar como tal, então, no intuito de “preparar o terreno” inicia seu projeto com este caráter estético.

Neste *Pós-Escrito* contudo Kierkegaard se apresenta como editor. E aqui justifica-se o porquê de contextualizar a questão dos pseudônimos: Esta obra tem um ponto de destaque no projeto kierkegaardiano. Ao se apresentar de modo secundário, Kierkegaard mostra que a obra se encontra num momento de “virada”, é a hora do autor religioso começar a surgir. Eis que Kierkegaard começa a dar pleno cumprimento à sua missão.

Assim a obra continua a tratar a questão da objetividade do sistema hegeliano contrapondo-a com o problema da subjetividade. Kierkegaard é um feroz opositor ao modo de conceber a existência de Hegel ou, mais precisamente, se opõe a interpretação dos hegelianos de seu tempo ao sistema que faz o indivíduo perder sua singularidade, confundindo-se com o todo, fundindo-se na sociedade, no estado. Em Kierkegaard o sistema hegeliano diz um modo de existência completa, objetiva como que possível de ser colocada dentro de um manual. Para ele, no entanto, isto é um grande equívoco. Diz ele na página 95 da obra supracitada:

A existência mesma, o existir, é esforço, e é tão patética quanto cômica; patética porque o esforço é infinito, i. é, dirigido ao infinito, é um processo de infinitizar, que é o mais elevado *pathos*; cômica porque o esforço é uma autocontradição.

Existir implica um *esforço infinito*. Na sequência deste pensamento depara-se com a questão da linguagem. O próprio fato de se mostrar sob algum pseudônimo (ele, na verdade, cria vários personagens, sendo que cada um tem sua própria personalidade), revela uma grande importância acerca da linguagem. Se o pensamento objetificante não é capaz de dizer a existência em sua totalidade, então como elaborar algum discurso? Através do discurso irônico e do uso dos ditos pseudônimos. Isto é o modo subjetivo de expressar-se, é a fala que sabe silenciar, que consegue dizer sem revelar o segredo. *“Tudo o que é subjetivo, que por sua interioridade dialética escapa da forma direta de expressão, é um segredo essencial”* (KIERKEGAARD, 2013, p. 83).

Desta forma, tal obra trata um ponto central do pensamento Kierkegaardiano, a primazia da subjetividade, do homem particular responsável por suas decisões diante do pensamento objetificante, encontrado na igreja de seu tempo e especialmente no pensamento pós-hegeliano. Este livro está dividido em duas partes, sendo esta a primeira e aguardando em breve sua conclusão.

Mas o que é a existência? É aquela criança gerada pelo infinito e pelo finito, pelo eterno e pelo temporal, e que, por isso está continuamente esforçando-se (KIERKEGAARD, 2013, p. 97).

AGOSTINHO, Santo. **Sobre a vida feliz**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Editora Vozes Ltda. Petrópolis, RJ, 2014 (Coleção Textos Filosóficos).

Resenhista: José Carlos Bassi Junior

Através desta obra de Hipona, pretende-se explicar os caminhos para chegar a uma vida feliz, buscando analisar este contexto desde os primeiros filósofos gregos como Sócrates, Platão e Aristóteles entre outros. Passando por dificuldades e problemas, o indivíduo tende a buscar a felicidade em todos os momentos de sua existência.

Se o curso instaurado pela razão é a própria vontade que conduz ao porto da filosofia, então este seria o único ponto para se alcançar a região da vida feliz, coloca que ao ser lançado neste mundo por Deus, pela natureza, ou pela necessidade de nosso própria vontade, ou por algum destes fatores ou mesmo por todos juntos, já se começa esta busca incessante.

O livro elenca que os que são acolhidos pela filosofia podem ser divididos em três tipos de navegantes. Um é do tipo que alcançando a idade da razão e com alguns golpes de remos procura se afastar e partir para o mar da tranquilidade, e com algu-



ma obra sua emitem um sinal luminoso afim de atrair alguns outros cidadãos. Outro navegante é o que sai para águas mais longes, levado pela corrente falaciosa do mar, e por causa de suas tragédias pessoais e o que acontece com suas fortunas, acaba penetrando na mais profunda das misérias; orgulhosos e contentes, esses navegantes são impelidos a procurar em livros de homens sábios e doutos e acabam acordando naquele porto onde não poderão ser mais expulsos por nenhuma promessa desse mar falacioso. E o terceiro navegante é aquele que apesar de ter saído de sua pátria, com as atribulações da vida e muito tendo apanhado das águas do mar, por mais temerosas que sejam, desviadas e cheias de névoas, ainda se recorda de sua pátria; essas pessoas são compelidas a uma vida desejadíssima de sossego.

“Eis que há pessoas que, mesmo não sendo filósofos, estão sempre prontos a disputar e debater, e todos eles afirmam serem felizes os que vivem de acordo com aquilo que querem. Isso porém é falso, pois querer aquilo que não convém representa a suma miséria. É menos miserável aquele que não consegue alcançar o que quer do que aquele que quer alcançar o que não convém. Assim, a malícia da vontade gera mais males do que os bens gerados pela fortuna (AGOSTINHO, 2014, p. 15).

A inteligência e a ciência é um alimento para a alma, deve-se cuidar com os pensamentos pois eles nutrem a alma. Algumas mentes, mesmo sem ciência, são muito mais evoluídas do que outras que têm mais experiência. Isto pode gerar certo tumulto para alguns, pois do mesmo modo que o corpo, uma vez tendo se suprido de alimento, via de regra acaba cheio de doenças e pruridos, que indicam nele uma fome aguda, do mesmo modo os espíritos daqueles estão repletos de doenças, devido à sua falta de alimento. A temperança e frugalidade é a melhor e mais bela parte da virtude. Então se os espíritos dos inexperientes estão também eles alimentados como os corpos, então podemos distinguir dois gêneros de alimentos para aos espíritos, um saudável e útil, e outro doentio e pestilento.

Todos queremos ser felizes, mas se a pessoa quer coisas boas e as tem, então é feliz, mas se quer coisas más, muito embora as possua, é miserável. Assim a malícia da vontade gera mais males do que os bens gerados pela fortuna. Cabe agora dizer o que alguém deve desejar para ser feliz, mas também aquele que sempre tem a necessidade de algo a mais para ser feliz torna-se um miserável. O que fica claro que feliz é o que possui a Deus, e o que caracteriza isto é que aquele que faz a vontade de Deus vive bem e que viver bem é fazer a vontade de Deus e não possuir um espírito impuro, e isto caracteriza as pessoas que possuem a Deus e são felizes.



Assim, aquele que busca a Deus e o encontrou é feliz, e todo aquele que procura a Deus tem a Deus como propício, mas ainda não é feliz, todavia aquele que se afasta de Deus por causa dos vícios e pecados não só não é feliz, mas nem sequer Deus é propício a seu viver.

A estultícia é contrária à sabedoria, tão contrária quanto a morte em relação à vida, e a vida feliz em relação à miséria. Do mesmo modo que todo homem que não é feliz é miserável, também todo homem que não está morto vive. Assim todo aquele que não é estulto é evidente ser sábio. Se por um lado todo aquele que carece de sabedoria sofre de grande indignação, e, por outro lado, quem está de posse da sabedoria de nada carece, segue-se que a estultícia se identifica com indignação.

A sabedoria é plenitude, a modéstia provém de média, assim como a temperança provém da boa proporcionalidade. Essa é portanto a plenitude, a qual é contrária à indignação. Por abundância compreende-se portanto uma afluência e como que uma profusão extremamente exuberante de alguma coisa. A plenitude vige a medida. A medida para o espírito, portanto, está na sabedoria, donde provém o ditado que afirma, a primeira coisa útil na vida nada tem em demasia. Aquele que é feliz, portanto, tem a justa medida, isto é, a sabedoria.

A verdade nasce pela medida, assim a medida se conhece pela verdade, jamais poderá haver, portanto, verdade sem medida, nem medida sem verdade. Portanto todo aquele que chegar à medida suprema pela verdade é feliz. É isto então possuir a Deus no espírito, isto é, fruir a Deus.

A saciedade plena dos espíritos, isto é, a vida feliz é conhecer piedosamente e perfeitamente, por quem somos conduzidos para a verdade, qual a verdade que fruímos, através do que somos ligados com a medida suprema. E aqueles que são inteligentes, e que já tenham excluído as ilusões das diversas superstições, nessas coisas podem reconhecer Deus e a substância única.

Essa discussão nunca esteve tão presente como nos dias de hoje, mesmo não sendo todos filósofos, a discussão não pode deixar de existir com todos os indivíduos, pois nossa sociedade consumista e capitalista colocou um tipo de felicidade voltada para o dinheiro, bens materiais e consumo, sem a relevância dos objetos, simplesmente o ter pelo ter. Por esse motivo juntamos tanto lixo como nunca na história, essa busca perdeu o sentido real que é a felicidade pela felicidade, para estar bem com os seus e ter uma vida tranquila, poder ter tempo para as coisas mais importantes que possam enfim trazer ao porto da felicidade, de águas claras e tranquilas.



ALMEIDA FILHO, Agassiz. **10 lições sobre Carl Schmitt.**

Editora vozes Ltda. Petrópolis, 2014.

Resenhista: Gilson Mauricio Gonçalves

O interesse apresentado por Carl Schmitt em suas obras está ligado à compreensão do mundo hostil, no qual o atrito entre as pessoas aparece como uma característica sempre presente. Schmitt procura identificar o que há de pior nas pessoas e acredita na relação entre política e a imposição. Este livro traz dez lições básicas que tratam do seu perfil biográfico.

Primeira lição: Os escombros da era liberal; no caso de Schmitt podemos apontar pelo menos dois fatores decisivos para a formação de sua personalidade e do modo como ele compreendia o mundo: a instabilidade política que sacudiu a Europa durante os seus anos de juventude e a decadência concreta do estado Liberal. Foi um crítico do liberalismo e dos valores que proclamava.

Segunda lição: Realismo político; O realismo político de Carl Schmitt está ligado à "vontade de poder" (uma perspectiva metafísica ou antropológica desta vontade). O realismo schmittiano não fecha os olhos para o fato de o homem ter natureza conflitiva e não raramente se dedicar a subjugar o outro.

Terceira lição: A era das neutralizações e das despolitizações; nesse texto escrito em 1929, Schmitt analisa os caminhos da cultura europeia a partir do sec. XVI. De acordo com ele, trata-se de quatro diferentes etapas. As fazes "vão do teológico ao metafísico, daqui ao moralismo humanitário e desta fase à economia". As quatro fases mencionadas por Carl Schmitt não integram uma filosofia da história, nem pretendem assumir, por si mesmas, caráter universal.

Quarta lição: pessimismo antropológico; o objetivo desta lição é analisar a natureza humana. Afinal de contas, a tendência do homem para a "maldade" ou para a "bondade", tendência que sempre se depara com um indissociável relativismo, interfere diretamente no modo como devemos compreender a política, a sociedade e o Estado.

Quinta lição: o político e o antagonismo amigo\inimigo; por meio desse critério, Schmitt percorre um caminho teórico que leva a ressaltar, dentre outros elementos, a tendência humana para o conflito, a necessidade de impor à ordem (decisão) política, a busca da homogeneidade na formação dos grupos que disputam o poder, a força de um Estado que deve identificar os seus inimigos e combatê-los, os problemas epistemológicos e pragmáticos das instituições liberais etc.



Sexta lição: em torno da unidade: os caminhos da decisão política; para Schmitt, a unidade política é uma condição comunitária, um modo de ser e de existir politicamente, que decorre da própria estrutura lógica do antagonismo amigo\inimigo. A unidade política está ligada a essa dualidade; é a coesão que desponta com o fim desse antagonismo.

Sétima lição: o conceito de constituição; Em primeiro lugar a constituição é um receptáculo institucional que vai projetar juridicamente a decisão (fundamental) sobre o modo de ser político de um povo. O segundo motivo se relaciona com a busca da estabilidade política ligada ao advento da constituição, pois nenhuma sociedade teria condições de alcançar os seus objetivos se o conflito político fosse de fato permanente e o conteúdo da decisão sobre a qual se funda o domínio estivesse sujeito a constantes decisões.

Oitava lição: democracia da identidade; esta democracia seria um esforço, de nítido conteúdo autoritário, no sentido de conciliar o princípio da identidade entre governantes e governados com a necessidade de representação. Schmitt não acredita na possibilidade de o povo ser representado.

Nona lição: o soberano e o caso excepcional; a soberania é incompatível com a democracia porque a necessidade de decidir ante os casos excepcionais não pode contar nem com a participação do povo, que só projeta como tal quando está em condições de aclamar, nem com a decisão fundamental plasmada na constituição.

Décima lição: teologia política; Schmitt ressalta que todos os conceitos relevantes da moderna Teoria do Estado são conceitos teológicos secularizados. Isso significa, basicamente que alguns dos conceitos ligados à compreensão e o funcionamento do Estado assumiriam o caráter sacramental típico das categorias teológico-políticas que conferiam identidade às estruturas de domínio medievais.

